



PLANO DE AÇÃO PARA A GESTÃO SUSTENTÁVEL DOS RCD NA AMP

Documento de Consulta Pública



área metropolitana do porto



FICHA TÉCNICA

Título

Plano de Ação para a Gestão Sustentável dos RCD na AMP – Documento de consulta pública

Grupo de Trabalho



área metropolitana do porto



Autoria



ENQUADRAMENTO

Os Resíduos de Construção e Demolição (RCD), resultantes da indústria da construção, constituem entre 25% e 30% do total de resíduos produzidos na União Europeia. Devido ao seu impacto ambiental e ao seu potencial de reutilização e reciclagem, os RCD foram identificados pela União Europeia como um fluxo de resíduos prioritário.

Embora não tenha sido publicada nenhuma diretiva específica sobre este fluxo, a Diretiva Resíduos (Diretiva 2008/98/CE de 19 de novembro) veio exigir o cumprimento da meta exigente de 70% de preparação para reutilização, reciclagem e valorização de RCD até 2020.

Apesar de Portugal ter regulamentação específica para a gestão de RCD desde 2008, a quantidade de RCD reciclados é ainda reduzida, ocorrendo deposições ilegais deste fluxo de resíduos um pouco por todo o país.

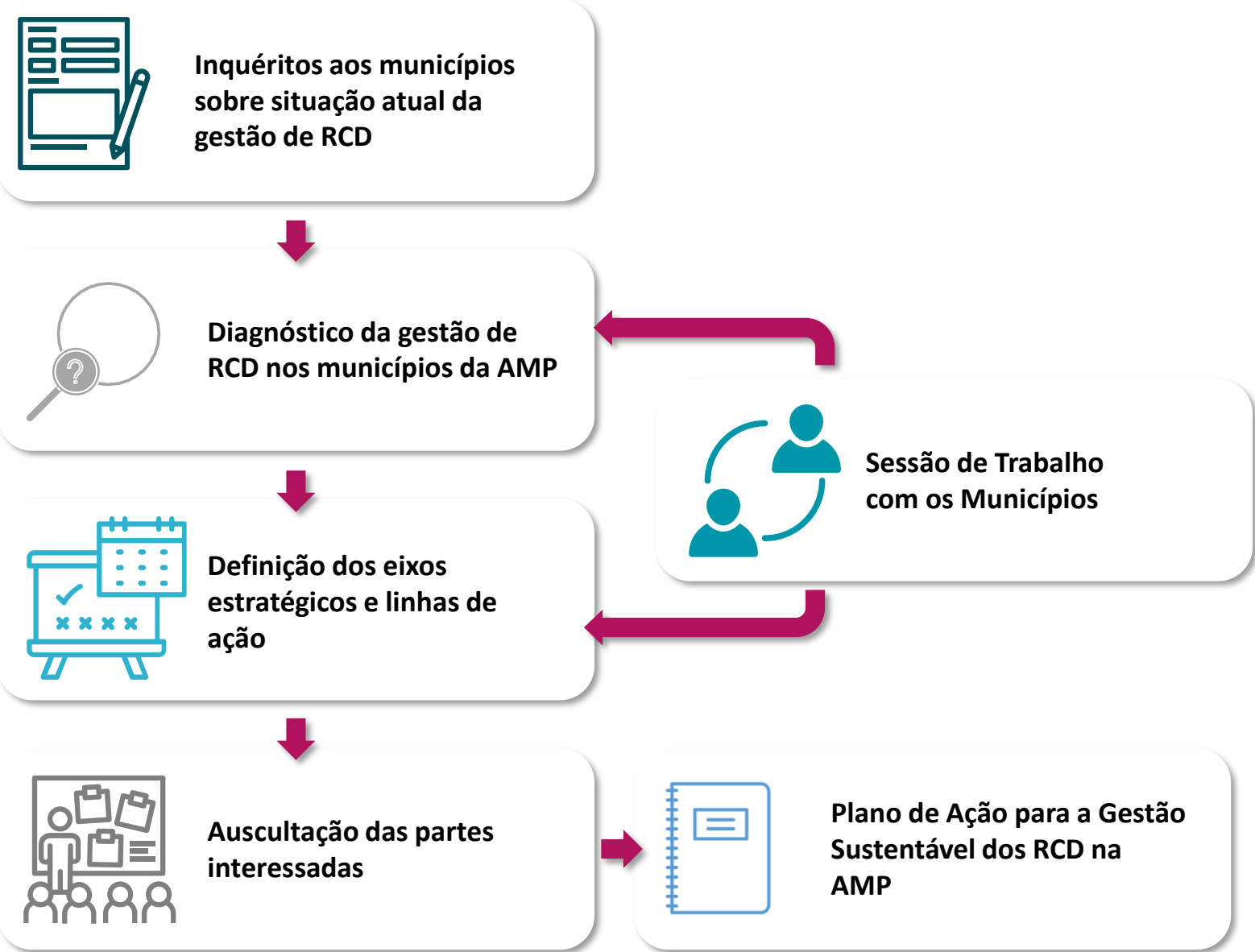
Face a esta problemática, em fevereiro de 2018, o Conselho Metropolitano do Porto, reconhecendo a importância do setor da Construção e Demolição para a transição para uma Economia Circular, aprovou a criação do Grupo de Trabalho para a Economia Circular e RCD e o desenvolvimento do projeto “Construção Circular e o Papel dos Municípios da Área Metropolitana do Porto” em colaboração com a Associação Smart Waste Portugal (ASWP) e com a Lipor.

No decorrer dos trabalhos no âmbito deste projeto, foi identificada a necessidade de elaborar uma estratégia metropolitana para a correta gestão e valorização dos RCD na AMP. Neste sentido, a Área Metropolitana do Porto promoveu a elaboração do presente [Plano de Ação para a Gestão Sustentável dos Resíduos de Construção e Demolição](#) (RCD) que permite a sensibilização e consciencialização da população para este tema, a promoção de condições políticas e de enquadramento adequados e a melhoria da identificação e quantificação dos RCD.

[Este documento constitui a versão do Plano de Ação para consulta pública.](#)

ABORDAGEM METODOLÓGICA

De forma a cumprir com os objetivos definidos para o Plano de Ação, foi seguida a seguinte abordagem metodológica:



Inquéritos aos municípios

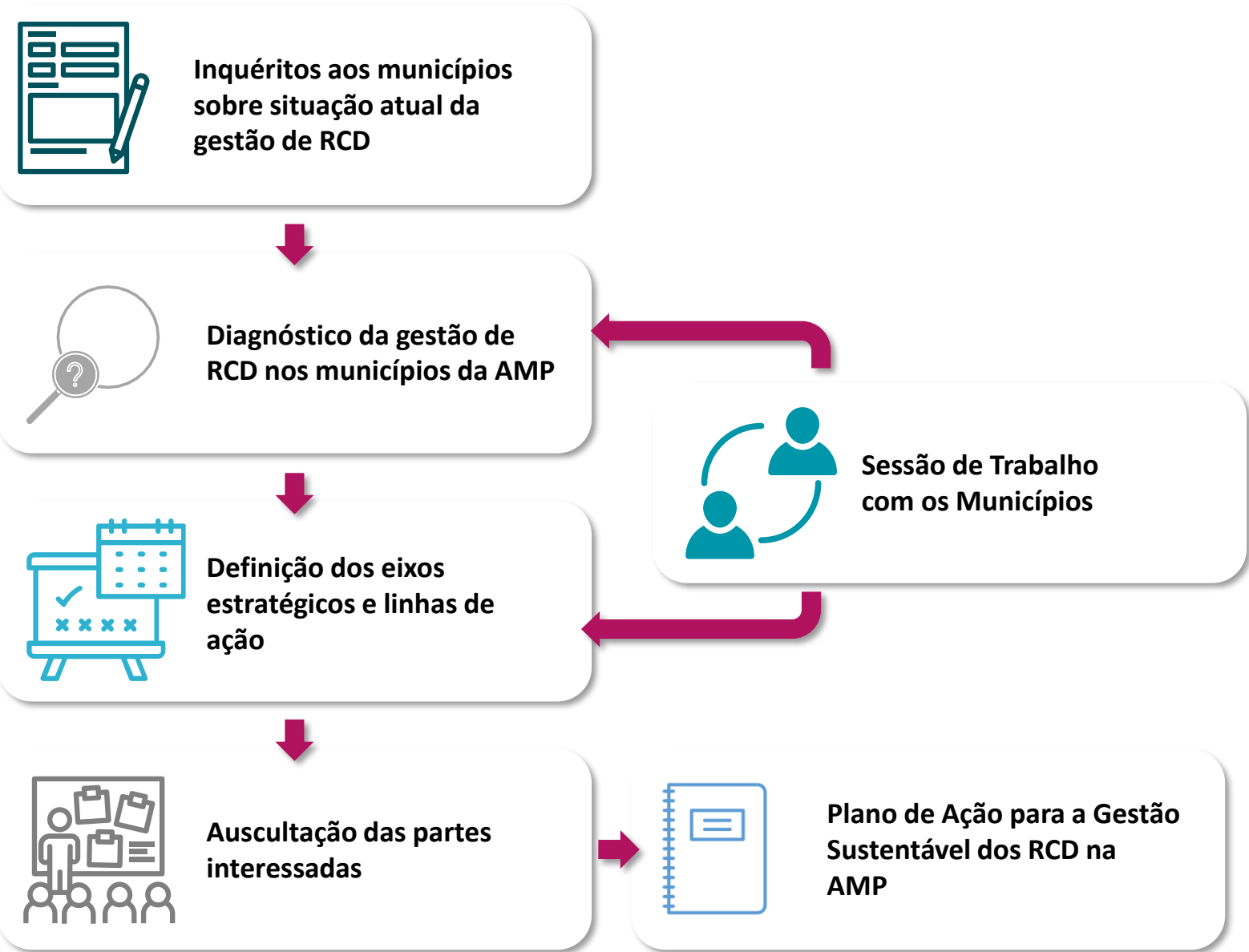
Em 2018, no âmbito dos trabalhos para a Estratégia de Gestão Sustentável para os RCD da Área Metropolitana do Porto (AMP), promovida pela AMP, pela Associação Smart Waste Portugal e pela Lipor, foi feito um inquérito aos municípios com o intuito de desenvolver um diagnóstico da gestão dos RCD na região. Este inquérito abordou um conjunto de temáticas:



O período de resposta ao inquérito decorreu entre maio e julho de 2018, contando com a participação dos 17 municípios da Área Metropolitana do Porto. No âmbito do desenvolvimento do Plano de Ação, estas respostas foram atualizadas pelos municípios entre janeiro e fevereiro de 2020.

ABORDAGEM METODOLÓGICA

De forma a cumprir com os objetivos definidos para o Plano de Ação, foi seguida a seguinte abordagem metodológica:



Sessão de Trabalhos com os municípios

No dia 16 de janeiro de 2020, foi organizada uma sessão de trabalho com representantes dos municípios da AMP com o objetivo de identificar e discutir os principais desafios na gestão de RCD na AMP e identificar e priorizar quais as ações a tomar para melhorar o panorama atual. O feedback dos representantes dos municípios foi recolhido e integrado na definição dos eixos estratégicos e medidas do Plano de Ação.



DIAGNÓSTICO DA GESTÃO DE RCD NA AMP

CONSTRANGIMENTOS

Falta de conhecimento e sensibilização dos produtores

Baixa implementação da triagem de RCD em obra

Falta de fiscalização regular em obra e de prevenção

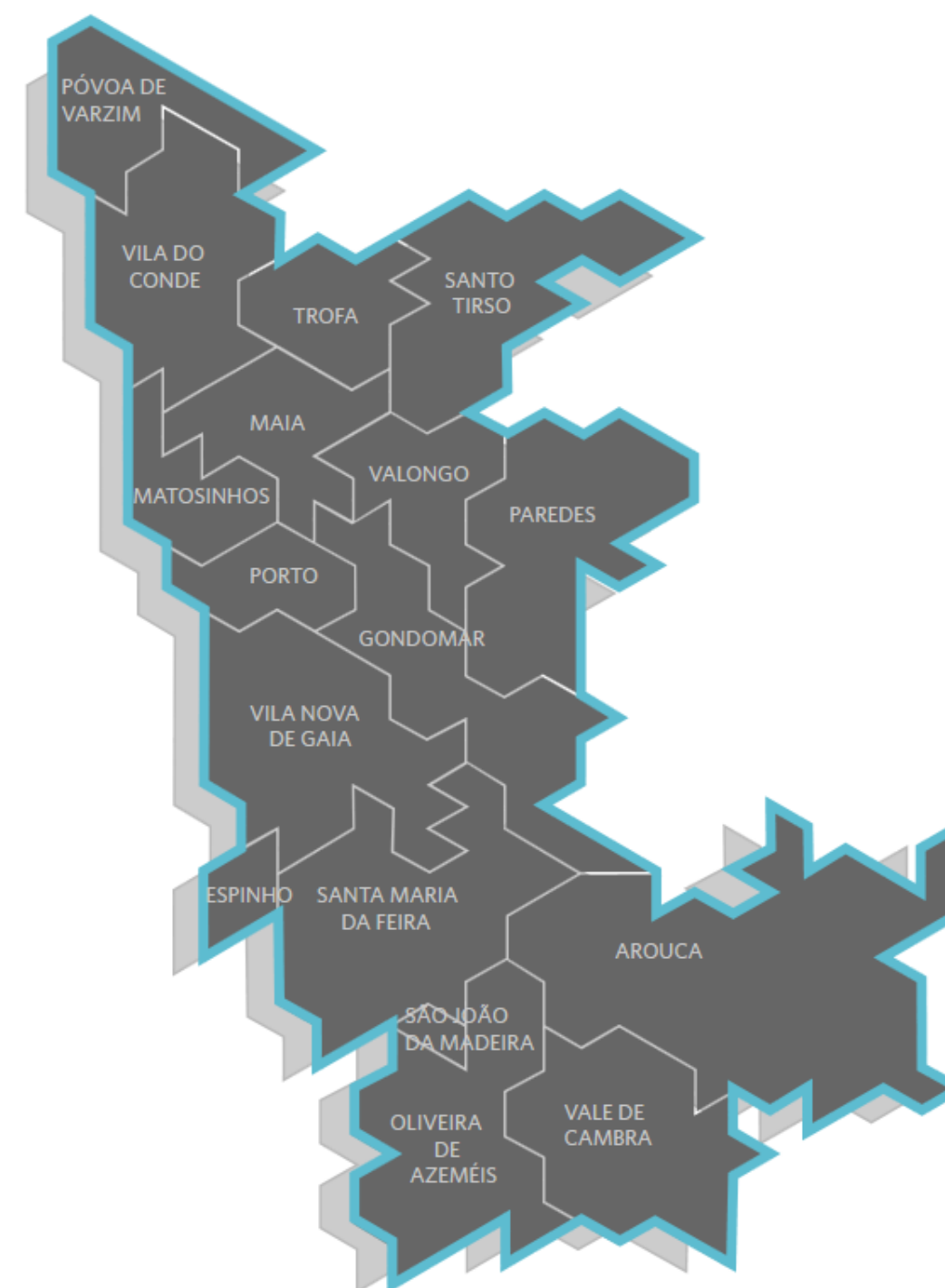
Regulamentos de alguns municípios da AMP são antigos, não tendo em consideração o estabelecido no Regime de Gestão de RCD

Falta de recursos humanos e financeiros para fiscalização em obra e de locais de deposição indevida

Elevados custos associados à gestão de RCD

Falta de destinos de valorização de RCD na AMP

Inexistência de mercado de agregados reciclados



DIAGNÓSTICO DA GESTÃO DE RCD NA AMP

OPORTUNIDADES DE MELHORIA

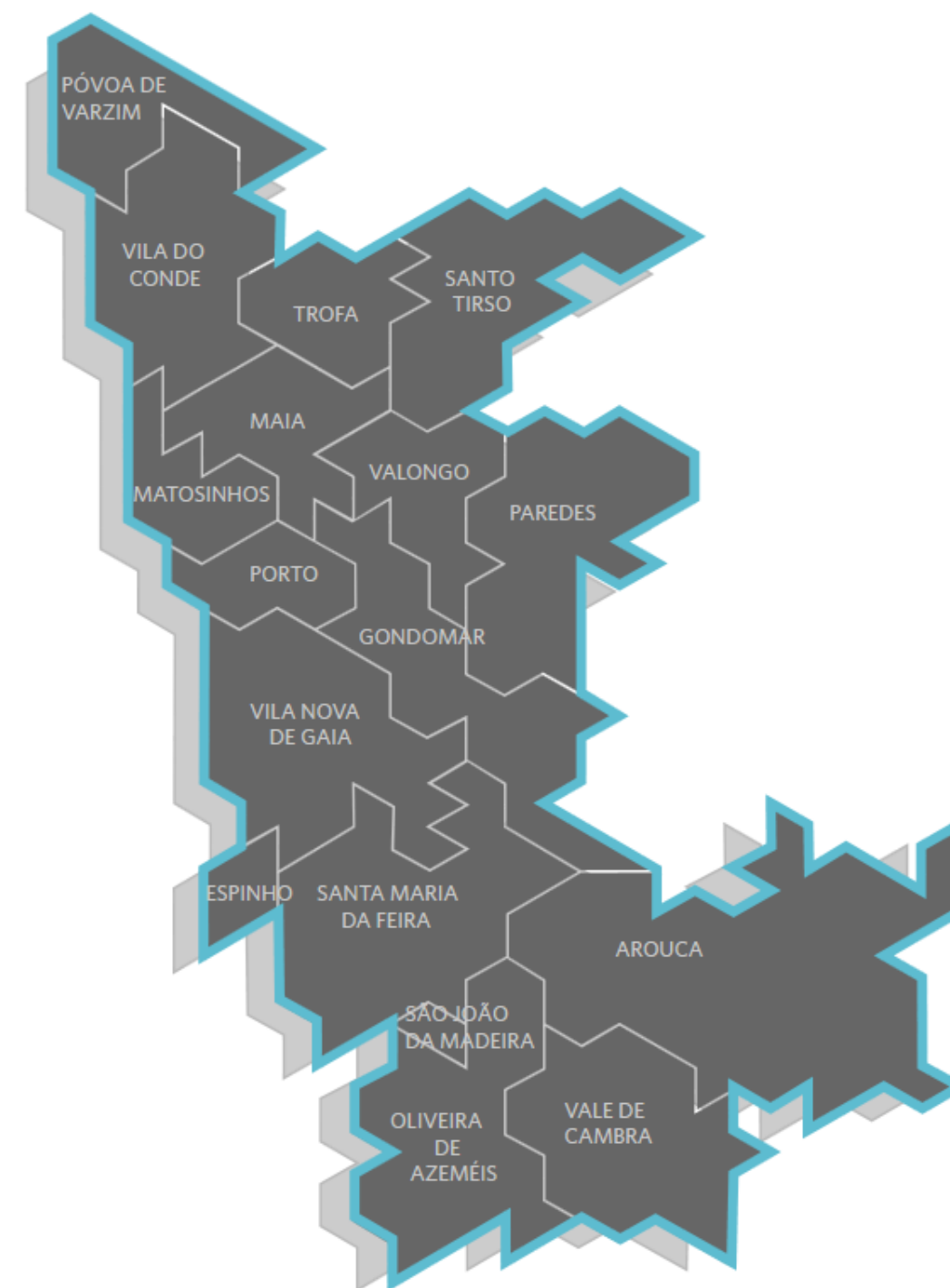
Formação, informação e sensibilização dos agentes envolvidos na produção e gestão de RCD

Aumento da fiscalização em obra e da fiscalização preventiva

Criação de regulamentação harmonizada entre os municípios para a correta gestão de RCD e RCDA

Apoio à criação de pontos de receção de RCD

Promoção da criação de um mercado de agregados reciclados.



VISÃO PARA 2023

A Área Metropolitana do Porto tem como ambição o desenvolvimento de uma estratégia metropolitana para a gestão sustentável dos RCD alinhada com os princípios da Economia Circular, demonstrando a sua capacidade de criar valor através de intervenções práticas na cadeia de valor da construção. A AMP, representando uma das sub-regiões mais importantes do país, pretende assumir o seu papel de liderança na promoção das melhores práticas de gestão de RCD a nível regional e nacional.

Neste sentido, a Área Metropolitana do Porto assume a seguinte Visão para a gestão dos RCD em 2023:

A Área Metropolitana do Porto é uma referência nacional da gestão sustentável dos RCD, promovendo a prevenção da sua produção e a sua correta gestão, em linha com os princípios da Economia Circular. Graças ao seu posicionamento estratégico, a AMP promove as condições políticas, a nível regional e nacional, para fomentar a implementação de boas práticas e de novas soluções na gestão de RCD.



Princípios da Visão para a Gestão Sustentável dos RCD na AMP

VISÃO PARA 2023



Os municípios são os líderes na promoção de medidas de sensibilização e de informação sobre a correta gestão dos RCD dirigidas aos munícipes e às empresas de construção, tendo também um papel fundamental no condicionamento do licenciamento de obras e na sua fiscalização. Os municípios garantem o controlo e monitorização dos quantitativos de RCD geridos e a proteção do seu capital natural, ao prevenir e remediar, quando necessário, os locais contaminados com estes resíduos.

As empresas de construção estão sensibilizadas para a necessidade de garantir a correta gestão dos RCD produzidos em obra e para o seu devido encaminhamento para operadores de gestão de resíduos licenciados. Estas procedem ao desmantelamento cuidadoso do edificado e das infraestruturas nas obras de demolição e de reabilitação, resultando numa maior recuperação dos materiais de construção e promovendo a sua reutilização e reciclagem. Os materiais e componentes provenientes dos RCD são incorporados nos setores da construção e da indústria, contribuindo para evitar a extração de recursos naturais e para promover o uso eficiente de recursos, promovendo o fecho do ciclo dos materiais na AMP.



VISÃO PARA 2023



Os cidadãos, no seu papel como donos de obra, estão sensibilizados para a problemática dos RCD e encontram-se informados pelos seus municípios para as soluções disponíveis para o devido encaminhamento dos resíduos produzidos.

Os operadores de gestão de resíduos na região, juntamente com os municípios, procurando sinergias intermunicipais sempre que possível, investiram na recolha, triagem e valorização dos RCD, tendo como base maiores eficiências de custo e eventuais apoios financeiros do Estado, promovendo assim a criação de postos de trabalho e representando um contributo relevante para a economia regional. Os operadores de gestão de RCD e os municípios assumem também o papel de dinamizadores do mercado de agregados reciclados na região, contribuindo para o aumento da produção e escoamento deste fluxo de matéria-prima secundária.



EIXOS ESTRATÉGICOS

A Visão apresentada é concretizada nos eixos estratégicos e medidas do Plano de Ação para a Gestão Sustentável dos RCD na Área Metropolitana do Porto, cujo período de aplicação é de quatro anos (2020 – 2023), incentivando a aplicação de medidas concretas e com efeitos imediatos nesse período.

Com base no trabalho de diagnóstico realizado e nos contributos dos municípios, foram identificados 4 eixos de intervenção prioritários para a gestão sustentável dos RCD na AMP, cada um dos quais com um conjunto de linhas de ação a serem implementadas pelos municípios, com o apoio da AMP.

EIXO 1 Comunicação, sensibilização e formação dos agentes envolvidos	EIXO 2 Fiscalização e controlo de obras	EIXO 3 Melhoria da gestão dos RCD	EIXO 4 Promoção da reutilização de materiais e da valorização de RCD
Pretende-se que os municípios da AMP tenham um papel ativo na sensibilização dos cidadãos, dos técnicos municipais e das empresas de construção para a problemática dos RCD, informando-os das boas práticas a serem implementadas.	Pretende-se que os municípios passem a implementar de forma regular os procedimentos de fiscalização nas obras públicas e particulares, sendo que numa primeira fase, esta fiscalização seria feita numa ótica preventiva, procurando informar e sensibilizar os donos de obra e empreiteiros para a correta gestão dos RCD. Pretende-se também que os municípios passem a condicionar a atribuição de licenciamento de edifícios mediante o comprovativo da correta gestão de RCD.	Pretende-se que os municípios criem as condições, dentro das suas capacidades técnicas e financeiras, para a melhoria da gestão de RCD, a nível da recolha, acondicionamento e transporte dos RCD para reutilização ou tratamento, procurando soluções intermunicipais sempre que seja mais benéfico.	Pretende-se que os municípios tenham um papel ativo na promoção de soluções para a reutilização de materiais provenientes de obras e a valorização dos RCD a nível local e regional.

LINHAS DE AÇÃO

EIXO 1 Comunicação, sensibilização e formação dos agentes envolvidos	EIXO 2 Fiscalização e controlo de obras	EIXO 3 Melhoria da gestão dos RCD	EIXO 4 Promoção da reutilização de materiais e da valorização de RCD
<p>Desenvolvimento de campanha de comunicação para sensibilização e informação dos cidadãos</p>	<p>Campanha de fiscalização preventiva a obras públicas e particulares para sensibilização e informação dos donos de obra e empreiteiros</p>	<p>Criação de áreas de armazenamento para RCD como complemento aos Ecocentros</p>	<p>Promoção das condições para a produção e utilização de agregado reciclado</p>
<p>Desenvolvimento de campanha de comunicação para sensibilização e informação dos municípios e juntas de freguesia</p>	<p>Realização de ações de fiscalização regulares a obras públicas e particulares</p>	<p>Harmonização dos procedimentos de gestão de RCD dos municípios da AMP</p>	<p>Criação de bancos de materiais em estaleiros municipais para utilização em infraestruturas municipais e para solidariedade social</p>
<p>Desenvolvimento de campanha de comunicação para sensibilização e informação das PME de construção</p>	<p>Realização de ações de fiscalização regulares a locais de deposição indevida existentes/potenciais e consequente remoção</p>	<p>Adoção e divulgação de manual de boas práticas na triagem de RCD em obra, recolha e acondicionamento</p>	<p>Inclusão de critérios de reutilização de materiais provenientes de RCD em obra nos cadernos de encargos de obras públicas</p>
<p>Criação e divulgação de mapa online com informação referente aos estabelecimentos recetores de RCD na AMP</p>	<p>Condicionamento dos procedimentos de licenciamento de obras à correta gestão de RCD</p>	<p>Promoção de sinergias intermunicipais na gestão dos RCD</p>	<p>Promoção da realização de auditorias pré-demolição</p>
<p>Desenvolvimento e implementação de plano de formação contínuo dirigido aos técnicos municipais, aos técnicos de fiscalização e à polícia municipal</p>		<p>Desenvolvimento de modelos de recolha municipal para os RCD e respetivas normas de utilização</p>	

EIXO 1 - Comunicação, sensibilização e formação dos agentes envolvidos

1.1. Desenvolvimento de campanha de comunicação para sensibilização e informação dos cidadãos

Promoção de ações de comunicação e sensibilização dirigidas aos cidadãos com o intuito de os informar acerca da importância de uma gestão adequada dos RCD e das boas práticas associadas.

1.2. Desenvolvimento de campanha de comunicação para sensibilização e informação dos municípios e juntas de freguesia

Promoção de ações de comunicação e sensibilização dirigidas aos técnicos dos municípios e das juntas de freguesia com o objetivo de os sensibilizar para a correta gestão dos RCD e para a importância da fiscalização preventiva e sancionatória de obras públicas e particulares.

1.3. Desenvolvimento de campanha de comunicação para sensibilização e informação das PME de construção

Promoção de ações de comunicação e sensibilização dirigidas às pequenas e médias empresas de construção para sensibilizá-las para a correta gestão dos RCD nas suas obras, informando-as das melhores práticas.

Os municípios poderão recorrer ao Guia para Implementação de Estratégia de Comunicação dirigida a Pequenas Empresas de Construção, desenvolvido no âmbito do Plano de Ação.

EIXO 1 - Comunicação, sensibilização e formação dos agentes envolvidos

1.4. Criação e divulgação de mapa online com informação referente aos estabelecimentos recetores de RCD na AMP

Disponibilização de informação atualizada à AMP relativamente aos estabelecimentos de receção de RCD existentes para integração no mapa online, uma ferramenta informativa disponível publicamente e de acesso gratuito.

Divulgação do mapa online aos cidadãos e empresas de construção através dos meios de comunicação municipais.



MAPA DE INSTALAÇÕES RECETORAS DE RCD

A AMP está a desenvolver um mapa de instalações de receção, preparação e valorização de RCD destinado aos cidadãos e empresas, para que estes possam consultar quais os pontos mais próximos onde podem entregar os RCD. Este mapa apresenta a informação associada a cada instalação, sendo estas ecocentros e operadores de gestão de resíduos, nomeadamente, localização, horário, custos, RCD aceites, entre outros.

EIXO 1 - Comunicação, sensibilização e formação dos agentes envolvidos

1.5. Desenvolvimento e implementação de plano de formação contínuo dirigido aos técnicos municipais, aos técnicos de fiscalização e à polícia municipal

Desenvolvimento de ações de formação dirigidas aos técnicos municipais com funções na temática, como por exemplo, dos departamentos de gestão de resíduos ou de urbanismo, com o intuito de os capacitar para a correta gestão dos RCD. A formação teria como objetivo colmatar as lacunas de conhecimento atuais dos técnicos, nomeadamente no que diz respeito à responsabilidade dos municípios na gestão de RCD, aos procedimentos para a correta gestão de RCD, à correta atribuição dos códigos LER nos ecocentros, entre outros.

Desenvolvimento de ações de formação dirigidas aos técnicos de fiscalização e à polícia municipal, com foco nos requisitos legais da gestão de RCD e nos procedimentos de fiscalização preventiva e sancionatória a implementar regularmente.

EIXO 2 - Fiscalização e controlo de obras

2.1. Campanha de fiscalização preventiva a obras públicas e particulares para sensibilização e informação dos donos de obra e empreiteiros

Realização de uma campanha de fiscalização preventiva, isto é, a realização de ações de fiscalização com o intuito de sensibilizar e formar os donos de obra e empreiteiros para a correta gestão de RCD.

Os municípios poderão recorrer ao Guia para Implementação de Estratégia de Fiscalização, desenvolvido no âmbito do Plano de Ação.

2.2. Realização de ações de fiscalização regulares a obras públicas e particulares

Implementação de procedimentos regulares de fiscalização a uma amostra de obras públicas e particulares para averiguar o cumprimento dos requisitos legais da gestão de RCD em obra.

Os municípios poderão recorrer ao Guia para Implementação de Estratégia de Fiscalização, desenvolvido no âmbito do Plano de Ação.

EIXO 2 - Fiscalização e controlo de obras

2.3. Realização de ações de fiscalização regulares a locais de deposição indevida existentes/potenciais e consequente remoção

Realização de ações de fiscalização regulares a locais de deposição indevida existentes e consequente limpeza, sempre que esta se enquadre no âmbito de atuação dos municípios.

Mapeamento dos potenciais locais de deposição indevida de RCD através da identificação de áreas cujas características são propícias à deposição indevida de RCD, nomeadamente cobertura vegetal, isolamento, etc. Realização de ações de monitorização regulares a estes locais de forma a evitar a criação de passivos ambientais que têm como consequência a degradação das paisagens.

Os municípios poderão recorrer ao Guia para Implementação de Estratégia de Fiscalização, desenvolvido no âmbito do Plano de Ação.

2.4. Condicionamento dos procedimentos de licenciamento de obras à correta gestão de RCD

Definição e implementação de procedimentos de condicionamento da atribuição de licença de construção e de utilização mediante verificação dos comprovativos da correta gestão dos RCD.

Os municípios poderão recorrer ao Guia para Implementação de Controlo dos Procedimentos de Licenciamento de Obras Públicas e Particulares, desenvolvido no âmbito do Plano de Ação.

EIXO 3 - Melhoria da gestão dos RCD

3.1. Criação de áreas de armazenamento para RCD como complemento aos Ecocentros

Criação de áreas de armazenamento temporário, de responsabilidade municipal, que funcionem como zonas de transferência dos RCD entre os locais de produção e os locais de valorização.

Os municípios poderão recorrer ao Guia para Implementação de Zonas de Armazenamento de RCD de Responsabilidade Municipal, desenvolvido no âmbito do Plano de Ação.

3.2. Adoção e divulgação de manual de boas práticas na triagem de RCD em obra, recolha e acondicionamento

Adoção das orientações estabelecidas no manual de boas práticas de gestão de RCD, a ser desenvolvido pela AMP, nomeadamente a nível da triagem em obra, da recolha e do acondicionamento dos RCD, e divulgação do mesmo aos técnicos municipais e às empresas de construção.

3.3. Promoção de sinergias intermunicipais na gestão dos RCD

Criação de canais de comunicação com os municípios da AMP no sentido de potenciar sinergias intermunicipais, nomeadamente, a partilha de instalações e a promoção da interoperacionalidade entre municípios, operadores e outros agentes, com vista a aumentar a eficiência e a reduzir os custos da receção e transporte de RCD.

EIXO 3 - Melhoria da gestão dos RCD

3.4. Harmonização dos procedimentos de gestão de RCD dos municípios da AMP

Revisão dos regulamentos municipais de gestão de resíduos/limpeza urbana e urbanísticos dos municípios de forma a garantir a harmonização dos procedimentos de gestão dos RCD. O regulamento municipal deverá incorporar as exigências de gestão de RCD nas obras particulares e públicas sujeitas a licenciamento ou comunicação prévia, devendo prever a aplicação de penalizações nos casos de incorreta gestão.



MODELO DE REGULAMENTO MUNICIPAL PARA A GESTÃO DE RCD

No âmbito do presente Plano de Ação, foi elaborado um modelo de Regulamento Municipal para a Gestão de RCD a ser tido em consideração por todos os municípios, de forma a que estes tenham uma base regulamentar comum, alinhada com a atual legislação aplicável a este fluxo de resíduos.

EIXO 3 - Melhoria da gestão dos RCD

3.5. Harmonização dos procedimentos de reporte da produção de RCD em obras de responsabilidade camarária

Utilização de um modelo de estimativa de quantidades e tipologias previstas de RCD a serem produzidas em obra com o intuito de harmonizar e facilitar o seu reporte no âmbito dos processos administrativos sob responsabilidade camarária em todos os municípios.



MODELO DE ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES DE RCD EM OBRA

No âmbito do presente Plano de Ação, foi elaborado um modelo de estimativa das quantidades de RCD produzidas em obra. Este trata-se de uma ferramenta de apoio aos municípios que permite verificar e validar a informação de que o produtor está a proceder à correta separação e encaminhamento dos seus resíduos.

EIXO 3 - Melhoria da gestão dos RCD

3.6. Harmonização de procedimentos para recepção de RCD nos ecocentros e nas áreas complementares

Harmonização dos procedimentos para recepção de RCD nos ecocentros e nas áreas complementares existentes e que sejam criadas futuramente, de forma a aumentar a capacidade de recepção de RCD na região e de garantir a correta gestão dos resíduos em todos os municípios.

3.7. Desenvolvimento de modelos de recolha municipal para os RCD e respetivas normas de utilização

Desenvolvimento de modelos para a deposição e recolha de RCD pelos municípios com o objetivo de reduzir, ou até mesmo eliminar, a deposição indevida de RCD em contentores de resíduos urbanos ou em montureiras. Estes modelos poderão envolver a cedência de equipamento em obras particulares isentas de licença, nomeadamente big-bags ou outra tipologia de contentores.

EIXO 4 - Promoção da reutilização de materiais e da valorização de RCD

4.1. Promoção das condições para a produção e utilização de agregado reciclado

Promoção da implementação de soluções locais ou regionais flexíveis para produção de agregado reciclado, como por exemplo, britadeiras móveis.

Promoção da substituição parcial das matérias-primas virgens por agregados reciclados em obras públicas, particularmente nos casos em que se verifique o cumprimento das normas técnicas do material, como por exemplo, em pavimentos (sub-bases) ou no enchimento de valas.

4.2. Criação de bancos de materiais em estaleiros municipais para utilização em infraestruturas municipais e para solidariedade social

Criação de bancos de materiais municipais para armazenamento de materiais e componentes resultantes da construção ou provenientes de obras de demolição/reabilitação para possível reutilização noutras obras municipais ou pelos munícipes com carências sociais.

EIXO 4 - Promoção da reutilização de materiais e da valorização de RCD

4.3. Inclusão de critérios de reutilização de materiais provenientes de RCD em obra nos cadernos de encargos de obras públicas

Estabelecimento de um conjunto de critérios em sede de caderno de encargos para lançamento de obras públicas que devem ser cumpridos pelos candidatos para promover a reutilização de materiais provenientes de RCD, como por exemplo, definir a obrigatoriedade de aquisição de materiais “mistos” produzidos com agregados reciclados (ex.: betão, argamassas, misturas betuminosas) que cumpram os requisitos de normas ou especificações aplicáveis.

4.4. Promoção da realização de auditorias pré-demolição

Desenvolvimento e implementação de procedimentos de auditoria pré-demolição nas obras públicas e obras particulares sujeitas a licenciamento e controlo prévio de acordo com o previsto no Protocolo Europeu de Gestão de RCD e com as melhores práticas a nível europeu. Estas auditorias, da responsabilidade dos municípios, devem ser feitas por peritos especializados, que devem ter conhecimento das técnicas de demolição, do tratamento e processamento de resíduos, bem como as capacidades disponíveis de reciclagem de RCD na região.

PLANEAMENTO DA IMPLEMENTAÇÃO

EIXOS ESTRATÉGICOS	LINHAS DE AÇÃO	ENTIDADES ENVOLVIDAS	2020	2021	2022	2023
1 COMUNICAÇÃO, SENSIBILIZAÇÃO E FORMAÇÃO DOS AGENTES ENVOLVIDOS	Desenvolvimento de campanha de comunicação para sensibilização e informação dos cidadãos	Municípios				
	Desenvolvimento de campanha de comunicação para sensibilização e informação dos municípios e juntas de freguesia	Municípios				
	Desenvolvimento de campanha de comunicação para sensibilização e informação das PME de construção	Municípios				
	Criação e divulgação de mapa online com informação referente aos estabelecimentos recetores de RCD na AMP	AMP; Municípios				
	Desenvolvimento e implementação de plano de formação contínuo dirigido aos técnicos municipais, aos técnicos de fiscalização e à polícia municipal	AMP; Municípios				
2 FISCALIZAÇÃO E CONTROLO DE OBRAS	Campanha de fiscalização preventiva a obras públicas e particulares para sensibilização e informação dos donos de obra e empreiteiros	Municípios				
	Realização de ações de fiscalização regulares a obras públicas e particulares	Municípios				
	Realização de ações de fiscalização regulares a locais de deposição indevida existentes/potenciais e consequente remoção	Municípios				
	Condicionamento dos procedimentos de licenciamento de obras à correta gestão de RCD	Municípios				
3 MELHORIA DA GESTÃO DOS RCD	Criação de áreas de armazenamento para RCD como complemento aos Ecocentros	Municípios				
	Harmonização dos procedimentos de gestão de RCD dos municípios da AMP	Municípios				
	Harmonização de procedimentos para receção de RCD nos ecocentros e nas áreas complementares	Municípios				
	Adoção e divulgação de manual de boas práticas na triagem de RCD em obra, recolha e acondicionamento	AMP; Municípios				
	Harmonização dos procedimentos de reporte da produção de RCD em obras de responsabilidade camarária	Municípios				
	Promoção de sinergias intermunicipais na gestão dos RCD	Municípios; AMP				
	Desenvolvimento de modelos de recolha municipal para os RCD e respetivas normas de utilização	Municípios				
4 PROMOÇÃO DA REUTILIZAÇÃO DE MATERIAIS E DA VALORIZAÇÃO DE RCD	Promoção das condições para a produção e utilização de agregado reciclado	Municípios				
	Criação de bancos de materiais em estaleiros municipais para utilização em infraestruturas municipais e para solidariedade social	Municípios				
	Inclusão de critérios de reutilização de materiais provenientes de RCD em obra nos cadernos de encargos de obras públicas	Municípios				
	Promoção da realização de auditorias pré-demolição	Municípios				

MONITORIZAÇÃO

A AMP tem um papel fundamental na implementação dos eixos estratégicos e das medidas do presente Plano de Ação para a Gestão Sustentável dos RCD. Além de coordenar e apoiar a implementação da estratégia e a atualização da mesma a longo prazo, a AMP deverá assegurar o acompanhamento, monitorização e reporte da execução das medidas definidas.

O presente Plano de Ação prevê a criação de um Grupo de Acompanhamento, coordenado pela AMP, que tratará de rever o progresso alcançado relativamente à implementação do Plano de Ação, através de um sistema de monitorização. Este grupo deverá incluir os representantes dos municípios da região, os Sistemas de Gestão de Resíduos Urbanos (SGRU) assim como outras partes interessadas, nomeadamente, empresas e associações da construção, investigadores, e operadores de gestão de resíduos.

O Grupo de Acompanhamento será responsável pela elaboração de um relatório de avaliação anual, que deverá incluir um conjunto de indicadores de monitorização da execução do Plano de Ação. A verificação da evolução destes indicadores por municípios da AMP dependerá da realização de inquéritos anuais dirigidos aos municípios e a outras partes interessadas, sendo este um dos requisitos da implementação do Plano de Ação.

INDICADORES DE EXECUÇÃO DO PLANO DE AÇÃO

Número de ações de comunicação e sensibilização desenvolvidas

Número de ações de formação dirigidas aos técnicos municipais e aos técnicos de fiscalização

Número de ações de fiscalização a obras públicas e particulares desenvolvidas

Número de municípios com regulamentos municipais revistos para incluir os procedimentos de gestão de RCD

Percentagem de cadernos de encargos de obras públicas com inclusão de critérios de reutilização de RCD em obra

Número de medidas do Plano de Ação implementadas ou em implementação

